

Padrão Internacional para a Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (ISSC-MAP)

Versão 1.0

Grupo de Especialistas em Plantas Medicinais
Comissão de Sobrevivência de Espécies
UICN – União Internacional para a Conservação da
Natureza



Padrão Internacional para a Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (ISSC-MAP)

Versão 1.0

Grupo de Especialistas em Plantas Medicinais
Comissão de Sobrevivência de Espécies
UICN – União Internacional para a Conservação da
Natureza

**Reivindicações de
conformidade não são
permitidas sem permissão
prévia do Secretariado do
ISSC-MAP**

Esse documento foi preparado pelo Grupo de Especialistas em Plantas Medicinais (MPSG) da Comissão de Sobrevivência de Espécies (CSE), da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em nome do Grupo Coordenador composto por a Agência Federal Alemã para Conservação da Natureza (Bundesamt für Naturschutz, BfN), MPSG/CSE/UICN, WWF Alemanha, e TRAFFIC. Esse trabalho é apoiado por meio de projetos relacionados, que são conjuntamente financiados pela BfN, WWF Alemanha, e IUCN-Canadá.

STEERING GROUP
for the development of an
International Standard
for the Sustainable Wild Collection
of Medicinal and Aromatic Plants



TRAFFIC
the wildlife trade monitoring network



MEDICINAL
PLANT
SPECIALIST
GROUP

Foto da capa: As fotos de cima: Michler, Pätzold, Cunningham, Cunningham
As fotos de baixo: Strohbach, Schippmann, Schippmann

Para mais informações contacte:

Secretariado do ISSC-MAP
WWF Alemanha e TRAFFIC Europa
MAP-Standards-Criteria@wwf.de

A tradução ao Português foi realizada por: Natércia L. Moura do Valle, São Paulo.

Aviso: traduções da versão original em Inglês do Padrão Internacional para Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (versão 1.0) são realizadas para facilitar a aplicação dos ISSC-MAP ao redor do mundo. Todavia, traduções individuais não foram autenticadas pelo Conselho Decisório do ISSC-MAP. Por favor, consulte a versão 1.0 em Inglês para maior acurácia.

Citação original: Medicinal Plant Specialist Group. 2007. *International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants (ISSC-MAP)*. Version 1.0. Bundesamt für Naturschutz (BfN), MPSG/SSC/IUCN, WWF Germany, and TRAFFIC, Bonn, Gland, Frankfurt, and Cambridge (BfN-Skripten 195).

Citação sugerida para a versão traduzida:

Padrão Internacional para Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (versão 1.0). Traduzida da versão original: Medicinal Plant Specialist Group. 2007. *International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants (ISSC-MAP)*. Version 1.0. Bundesamt für Naturschutz (BfN), MPSG/SSC/IUCN, WWF Germany, and TRAFFIC, Bonn, Gland, Frankfurt, and Cambridge (BfN-Skripten 195).

Comentários sobre o Padrão Internacional para Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (versão 1.0) (*International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants [ISSC-MAP] [Version 1.0]*) são bem vindos. Por favor, envie perguntas e comentários para: MAP-Standards-Criteria@wwf.de.

Este e outros documentos relacionados a esse projeto estão disponíveis no web site:
<http://www.floraweb.de/map-pro/>.

Índice

1. Introdução	4
2. Histórico: Por que o ISSC-MAP é necessário?	5
3. Processo: Como o ISSC-MAP é desenvolvido e implementado?	7
4. Governança e gerenciamento do ISSC-MAP	10
5. Estrutura e conteúdo do ISSC-MAP	10
Referências	14
Anexo 1. ISSC-MAP Indicadores Propostos	16
Anexo 2. Siglas e Abreviações	29
Anexo 3. Glossário	30

1. Introdução

A versão 1.0 do *Padrão Internacional para a Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Mediciniais e Aromáticas (International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants, ISSC-MAP)* tem sido preparada pelo Grupo de Especialistas em Plantas Mediciniais (*Medicinal Plant Specialist Group, MPSG*) da Comisión de Supervivencia de las Especies (CSE), UICN – A União Internacional para a Conservação da Natureza (*Species Survival Commission [SSC], IUCN – The International Conservation Union*), em nome do Grupo Coordenador composto por MPSG, Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza (*Bundesamt für Naturschutz, BfN*), WWF Alemanha, e TRAFFIC. Um Grupo Consultivo internacional de mais de 150 especialistas de diversas áreas tem provido orientação para o esboço do ISSC-MAP.

O ISSC-MAP foi criado para ajudar aqueles envolvidos na coleta, manejo, comércio, produção e venda de recursos de plantas medicinais e aromáticas (PMA) provenientes de coleta silvestre, para estes possam entender e agir conforme as condições nas quais a coleta sustentável desses recursos possa ocorrer. A versão 1.0 do Padrão tem atualmente sido aplicada em projetos de implementação de campo para desenvolver modelos que lidem com uma gama de cenários de coleta silvestre e manejo de recursos de PMA.

O ISSC-MAP é um resultado de esforços recentes para definir uma estrutura para o uso sustentável da diversidade biológica. A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (*United Nations Convention on Biological Diversity, CBD*) fornece contextos globais e nacionais para esses esforços. Sob a CBD, orientação específica (para as bases ecológica, socioeconômica e igualitária para a conservação e uso sustentável da diversidade), tem sido articulada em uma perspectiva que considera Abordagem Ecosistêmica (*Ecosystem Approach*) (CBD 2000), Estratégia Global para Conservação de Plantas (*Global Strategy for Plant Conservation, CBD 2002a*), Diretrizes de Bonn sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Compartilhamento Justo e Igualitário dos Benefícios Advindos de sua Utilização (*Bonn Guidelines on Access to Genetic Resources and Fair and Equitable Sharing of the Benefits Arising out of their Utilization*) (CBD 2002b), e Princípios e Diretrizes de Addis Ababa para o Uso Sustentável da Biodiversidade (*Addis Ababa Principles and Guidelines for the Sustainable Use of Biodiversity*) (CBD 2004).

O ISSC-MAP responde à necessidade de usar os recursos da biodiversidade para melhorar o bem-estar da humanidade através da contribuição para os objetivos e alvos definidos pelas Metas de Desenvolvimento do Futuro (*Millennium Development Goals*) (UN 2005) e para o Plano de Implementação de Johannesburg adotado pela Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CBD 2002c).

Focalizando mais especificamente em plantas medicinais, o ISSC-MAP foi criado para seguir e, principalmente, para elaborar as recomendações de 1993 *Diretrizes de Conservação de Plantas Mediciniais de OMS/UICN/WWF (WHO/IUCN/WWF Guidelines on the Conservation of Medicinal Plants)* (WHO, IUCN & WWF 1993) e as *Diretrizes de Boas Práticas de Agricultura e Coleta (BPAC) para Plantas Mediciniais da OMS (WHO Guidelines on Good Agricultural and Collection Practices) (GACP) for Medicinal Plants* (WHO 2003). Essas diretrizes fornecem recomendações gerais para o desenvolvimento de uma estrutura global de padrões práticos para PMA. Desses documentos, apenas as Diretrizes de 1993, que agora estão desatualizadas, foram direcionadas diretamente a questões ecológicas e socioeconômicas/de equidade relacionadas à coleta silvestre sustentável. WHO, IUCN, WWF e TRAFFIC estão atualmente trabalhando conjuntamente para revisar essas *Diretrizes* por meio de um processo de consulta internacional com o objetivo de incorporar orientações e princípios mais amplos relacionados ao uso sustentável da diversidade biológica, bem como, acesso e divisão dos benefícios, e práticas justas de negócio. A publicação dessas diretrizes revisadas e atualizadas foi antecipada em 2007.

O ISSC-MAP reduz as diferenças existentes entre as diretrizes gerais de conservação e os planos de manejo desenvolvidos para condições locais específicas. Adotar os princípios e aplicar os critérios que constituem o ISSC-MAP ajudará companhias privadas, agências do

governo, centros de pesquisas e as comunidades a identificarem e seguirem boas práticas para os seguintes seis elementos-chave da coleta silvestre sustentável de PMA:

1. Manutenção dos recursos silvestres de PMA
2. Prevenção de impactos ambientais negativos
3. Obediência às leis, regulamentos e acordos
4. Respeito aos direitos costumeiros
5. Aplicação de práticas de manejo responsáveis
6. Aplicação de práticas comerciais responsáveis

Assim, o processo para estabelecer este Padrão foi financiado pela Agencia Federal Alemã para a Conservação da Natureza / Bundesamt für Naturschutz (BfN), em associação com A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), WWF Alemanha, e TRAFFIC, com contribuições substanciais de tempo e expertise de membros de um grupo consultivo internacional. Consultas de campo e implementação de projetos tem sido, e continuam a ser, apoiadas por varias outras agências, organizações e empresas.

O ISSC-MAP é um documento em evolução. A versão 1.0 será revisada com base na experiência adquirida na implementação de projetos de campo, em colaboração com organizações interessadas no período de 2007-2008, bem como, através de consultas contínuas com um Grupo Consultivo amplamente representativo dos potenciais usuários do ISSC-MAP.

Este e outros documentos relacionados a esse projeto estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.floraweb.de/map-pro/>.

2. Histórico: Por que o ISSC-MAP é necessário?

Plantas Medicinais e Aromáticas (PMA)¹ tem sido um importante recurso para a saúde humana desde os tempos pré-históricos até os dias atuais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, OMS (*World Health Organisation, WHO*), a maioria da população humana, especialmente em países em desenvolvimento, depende da medicina tradicional baseada em PMA (WHO 2002). Em todo o mundo há entre 50.000 e 70.000 espécies de plantas conhecidas por seus usos na medicina tradicional e moderna (SCHIPPMANN et al. 2006). Aproximadamente 3.000 espécies de PMA são comercializadas internacionalmente (LANGE e SCHIPPMANN 1997), enquanto um número ainda maior de espécies de PMA é encontrado no comércio local, regional e nacional.

No entanto, relativamente poucas espécies de PMA são cultivadas. A grande maioria de espécies de PMA comercializadas é coletada em áreas silvestres (LANGE and SCHIPPMANN 1997; SRIVASTAVA et al. 1996; XIAO PEN-GEN 1991). Essa tendência provavelmente permanecerá ainda por um longo período devido a inúmeros fatores, incluindo:

- Pouco e sabido sobre o crescimento e as exigências de reprodução da maioria das espécies de PMA, que derivam de muitos grupos taxonômicos para os quais há pouca ou nenhuma experiência de cultivo.
- Tempo, pesquisa e experiência para a domesticação e cultivo são custosos, além disso, relativamente poucas espécies de PMA têm mercados grandes e confiáveis necessários para apoiar essa produção.

¹ As definições sobre os usos das espécies de plantas frequentemente se sobrepõem. Nesse documento, o termo "plantas medicinais e aromáticas (PMA)" inclui plantas usadas em procedimentos farmacêuticos, suplementos alimentares, produtos de saúde naturais, de beleza, cosméticos e produtos de cuidado pessoal, bem como, alguns produtos comercializados na culinária/ setor alimentício.

- Em muitas comunidades onde a coleta silvestre de PMA é uma importante fonte de renda, a terra para o cultivo de produtos não alimentícios é limitada.

Além disso, o cultivo pode fornecer menos benefícios ambientais, sociais e econômicos do que a coleta silvestre de algumas espécies de PMA. A coleta silvestre de PMA assegura uma valiosa fonte de renda para muitas famílias rurais, especialmente em países em desenvolvimento, e é um fator importante para as economias locais nestes países (SCHIPPMANN et al. 2006). A coleta em áreas silvestres pode também gerar incentivos para a conservação e para o uso sustentável das florestas e de outras importantes áreas de plantas.

Contudo, a coleta em excesso, a conversão de terra e a constante perda do habitat ameaçam uma considerável porção (aproximadamente 15.000 espécies, ou 21 por cento) das espécies e populações de PMA do mundo (SCHIPPMANN et al. 2006). Por essas razões, são urgentemente necessárias abordagens de coleta silvestre de MAP que envolvam empresas e mercados locais, regionais e internacionais, juntamente com governos e provedores de saúde, em um trabalho de conservação e uso sustentável dos recursos de PMA.

Há muitos desafios no desenvolvimento e aplicação de um conjunto de princípios e boas práticas para dar suporte à coleta silvestre sustentável dos recursos de PMA. Esses desafios incluem:

- Circunstâncias ecológicas, de habitat e de pressão nos recursos são únicas para cada espécie, exigindo planos de manejo que são específicos para cada operação de coleta de PMA e para cada área.
- A dependência das comunidades locais em relação aos recursos de PAM para sua saúde e subsistência não é, geralmente, avaliada ou registrada.
- Pouca pesquisa em relação às técnicas de coleta tem sido direcionada ao entendimento de como coletar espécies silvestres de PMA de maneira sustentável.
- Cotas máximas para a coleta silvestre de espécies de PMA são frequentemente baseadas em hipóteses simplistas e não testadas sobre a relação entre a quantidade disponível e a regeneração dos recursos de PMA.
- Produtos, usos e mercados baseados em espécies de PAM são numerosos e variados e, da mesma forma, há inúmeros e diversos pontos de envolvimento para as práticas que apoiem o uso sustentável.
- Há uma grande proliferação de rótulos e afirmações, tais como produtos orgânicos e comércio justo, que implicam, mas não fornecem os meios de verificação de coleta silvestre sustentável.

Cadeias longas e complexas de comercialização da fonte ao mercado tornam o rastreamento do produto até a sua origem extremamente difícil.

Princípios e orientações existentes para a conservação e uso sustentável de plantas medicinais são direcionados principalmente aos níveis políticos nacionais e internacionais, mas apenas indiretamente fornecem aos governos, à indústria de plantas medicinais e a outros atores importantes, incluindo os coletores, orientações específicas sobre as práticas sustentáveis de recursos. Por exemplo, as *Guidelines on the Conservation of Medicinal Plants* (WHO/IUCN/ WWF/TRAFFIC em processo) e *WHO Guidelines on Good Agricultural and Collection Practices (GACP) for Medicinal Plants* (WHO 2003) fornecem recomendações gerais direcionadas primariamente aos governos e outros atores políticos, ONGs, OIGs e empresas internacionais. Essas orientações recomendam, mas não fornecem princípios e critérios concretos para a conservação e o uso sustentável de plantas medicinais. O ISSC-MAP fornece uma interface prática entre o conjunto de recomendações gerais estabelecidas nessas *Orientações* e os planos de manejo que devem ser desenvolvidos para espécies particulares em situações específicas.

Outros padrões existentes ou propostos para a coleta sustentável de produtos florestais não madeireiros (PFNM) fornecem modelos úteis para PMA. Os modelos para uma coleta sustentável que podem ser particularmente úteis para as PMA incluem os sistemas de certificação do Conselho do Manejo Florestal (*Forest Stewardship Council, FSC*), Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (*International Federation of Organic Agricultural Movements, IFOAM*) e Organizações Internacionais de Rotulação de Comércio Justo (*Fairtrade Labelling Organizations International, FLO*).² Outros modelos importantes incluem acordos de co-manejo de recursos com comunidades indígenas e acordos quanto ao acesso e divisão de benefício entre os usuários e provedores de recursos genéticos.

O ISSC-MAP é desenvolvido a partir de princípios, orientações e padrões já existentes, mas os expande e os amplia para gerar princípios e critérios mais relevantes à coleta silvestre sustentável de recursos de PMA. A implementação do ISSC-MAP beneficiará os manejadores da área ou de recursos ecológicos, indústria e coletores locais, ao fornecer padrões com boa reputação para a coleta silvestre sustentável contra a qual a prática local pode ser desenvolvida e monitorada com critérios e verificada com indicadores relevantes aos recursos PMA. A harmonização com ecossistema apropriado, comércio justo, produção, qualidade do produto e outros padrões relevantes são aspectos considerados importantes para o desenvolvimento e implementação do ISSC-MAP.

O ISSC-MAP foi desenvolvido para ser aplicável para uma ampla gama de condições geográficas, ecológicas, culturais, econômicas e comerciais nas quais a coleta de recursos de PMA ocorre. Eles são principalmente direcionados à coleta silvestre de materiais de plantas medicinais e aromáticas para fins comerciais ao invés de para fins de subsistência ou uso local. O padrão foca nas melhores práticas ecológicas, mas também busca apoiar padrões sociais e práticas comerciais responsáveis que afetam os coletores e as operações de coleta, pois esses elementos, por sua vez, afetam o manejo de espécies coletadas e as áreas de coleta.

3. Processo: Como o ISSC-MAP é desenvolvido e implementado?

O processo para elaborar o Padrão Internacional para a Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas (ISSC-MAP) é uma iniciativa conjunta da Agência Federal Alemã de Conservação da Natureza (*Bundesamt für Naturschutz, BfN*), WWF Alemanha, TRAFFIC, UICN Canadá e o Grupo de Especialistas em Plantas Medicinais (MPSG) da UICN/CSE. Juntas, essas organizações criaram um grupo coordenador para supervisionar o desenvolvimento do padrão. Um Grupo Consultor internacional interdisciplinar foi criado para envolver atores relevantes dos setores de produção ecologicamente sustentável, produção orgânica, comércio ético e justo no processo de desenvolvimento e teste do ISSC-MAP.³ O Grupo Consultor reúne a indústria de produtos de plantas e ervas medicinais, empreendimentos de coleta de pequena escala, organizações não-governamentais e organizações de conservação e certificação. Os conhecimentos específicos e os conselhos dos membros em relação ao conteúdo do Padrão, o desenvolvimento de orientações práticas e as oportunidades para harmonizar o desenvolvimento do Padrão com outras estruturas relevantes contribuem tanto para a criação quanto para a implementação do ISSC-MAP.

Um primeiro esboço desse Padrão foi concluído em novembro 2004 para discussão com os membros do Conselho Consultivo (LEAMAN 2004). O primeiro esboço consistia de quatro padrões de práticas separados⁴: I. Ecossistema e manejo de recursos de PMA; II. A coleta silvestre de recursos de PMA; III. Domesticação, cultivo e produção *in situ* melhorada dos

² Para um resumo e análise dos esforços que têm sido realizados no passado para considerar a relevância e aplicação de vários modelos direcionados à certificação de Coleta silvestre sustentável, veja: SHANLEY, PIERCE, LAIRD & GUILLEN 2002.

³ Uma lista atual dos membros do Grupo Consultor esta disponível no website do projeto: <http://www.floraweb.de/map-pro/>.

⁴ O Primeiro esboço dos padrões de MAP foi modelados nas estruturas do Marine Aquarium Council (MAC) "Core Standards and Best Practice Guidance for the Marine Aquarium Trade" (MULDOON & SCOTT 2004), e no Working Draft ABS Management Tool que está sendo desenvolvido pelo Secretariado Estadual para Assuntos Econômicos (SECO), governo da Suíça (SECO 2005).

recursos de PMA; e IV. Direitos, responsabilidades e relações igualitárias dos atores envolvidos. O primeiro esboço foi apresentação no Fórum Mundial de Conservação do 3^a Congresso Mundial de Conservação da UICN em Bangkok em novembro de 2004. Um primeiro workshop de expertos, reunidos na ilha de Vilm em dezembro de 2004, forneceu um fórum de discussão para os membros do Grupo Consultor sobre o primeiro esboço e outros assuntos relacionados ao processo.

Um segundo esboço, distribuído ao Grupo Consultor em abril de 2005, resumiu os quatro padrões de práticas originais em um único padrão composto por dez princípios, critérios relacionados e indicadores propostos (LEAMAN and SALVADOR 2005). A relevância e a aplicabilidade do segundo esboço do Padrão foram testadas em agosto-outubro de 2005, em cinco projetos de campo de PMA existentes. Os projetos foram selecionados de diferentes regiões geográficas, oferecendo variadas circunstâncias sócio-econômicas e de recursos de manejo:

- Uma companhia privada localizada na Bosnia e Herzegovina: *Andelic d.o.o.* (financiada por BfN/ INA, e SIPPO).
- Uma iniciativa não-lucrativa localizada no Brasil: *Iracambi Medicinal Plants Project* (financiada por Manfred-Hermsen-Stiftung).
- Uma área protegida pertencente ao governo e manejada pelo governo da *Wanglang National Nature Reserve & Baima State Forest* localizada na China (financiada pela WWF Alemanha).
- Uma associação baseada na comunidade de produtos agro-artesanais localizada no Equador (financiada por UNCTAD, com apoio adicional da Manfred-Hermsen-Stiftung).
- Um projeto com fins não-lucrativos localizado na Namíbia denominado *Sustainably Harvested Devil's Claw* (financiado por Salus Haus, Alemanha).

Os resultados das consultas de campo foram resumidos por SALVADOR (2005), e avaliados durante o segundo workshop de especialistas na ilha de Vilm em dezembro de 2005⁵. A Versão 1.0 do ISSC-MAP incorpora comentários do Grupo Consultor, resultados da fase da consulta de campo e discussões ocorridas durante o 2º workshop de Vilm.

Os participantes do 2º workshop de Vilm identificaram uma série de cenários potenciais de implementação para o ISSC-MAP. Um estudo de cenários de implementação e oportunidades para o ISSC-MAP foi realizado pela WWF Alemanha no início de 2006 (KATHE and GALLIA 2006). Os principais cenários examinados incluem:

- Integração com os mecanismos e padrões já existentes (Ex.: as avaliações não prejudiciais da CITES encontradas para as espécies listadas no Apêndice II).
- Parceria / harmonização com mecanismos e padrões já existentes ou em desenvolvimento (Ex.: esquemas de certificação de comércio justo e orgânico, princípios e critérios de BioComércio).
- Mecanismos isolados (Ex.: verificação / certificação por um ou mais membros do Grupo Coordenador do ISSC-MAP).

O ISSC-MAP foi apresentado e discutido em inúmeros outros lugares e eventos, incluindo: o encontro de abertura do Global Partnership for Plant Conservation (Dublin, outubro de 2005), National Conference of the Canadian Herb, Spice, and Natural Health Product Coalition (St John, Newfoundland, Canadá, novembro de 2005), um workshop sobre o desenvolvimento de uma metodologia de manejo adaptativo e participativo para a coleta sustentável de plantas medicinais (Bangalore, janeiro de 2006), Biofach (Nuremberg, fevereiro de 2006), NIMH Conference – National Institute of Medicinal Herbalists (Durham,

⁵ As descrições e resumos dos projetos de consulta de campo, os testes das metodologias e as pautas dos workshops de Vilm estão disponíveis no www.floraweb.de/map-pro.

UK, abril de 2006), Supply Side East (New Jersey USA, maio de 2006), Congresso Latinoamericano de Botânica (Santo Domingo, República Dominicana, junho de 2006), a 16ª Reunião do Comitê de Plantas CITES e um Workshop de Biocomercio relacionado (Lima, Peru, julho de 2006), Tropentag (Bonn, outubro de 2006), e a 12ª International Conference and Exhibition of the Egyptian Society for Producers, Manufacturers & Exporters of MAP (Cairo, novembro de 2006).

Oportunidades para a implementação do ISSC-MAP no sudeste da Europa foram discutidos durante um workshop internacional realizado na Bósnia e Herzegovina em maio de 2006. Um teste preliminar de implementação, focado em áreas de coleta de plantas medicinais manejadas por uma comunidade na Índia será realizado pela Fundação para a Revitalização de Tradições Locais de Saúde (*Foundation for Revitalization of Local Health Traditions, FRLHT*) no início de 2007, com o apoio da Plantlife International. Uma fase inicial de implementação está planejada para 2007-2008, com enfoque em quatro estratégias prioritárias que fornecerão uma ampla gama de modelos e experiências práticas na aplicação do ISSC-MAP: certificação (por um grupo ou associação industrial independente), manejo do recurso, políticas públicas e adoção legal e códigos voluntários de prática (Figura 1).

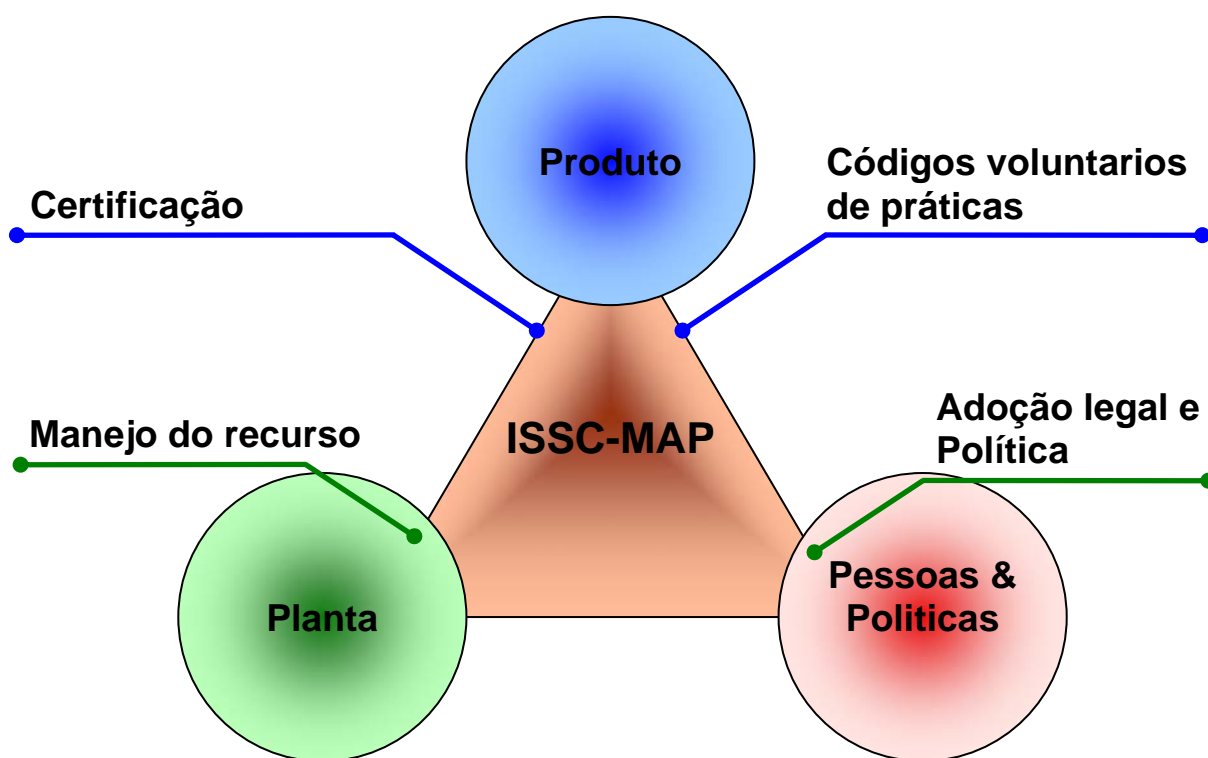


Figura 1. Cenários prioritários de implementação para o ISSC-MAP

Durante esta fase, a implementação do ISSC-MAP buscará lidar com um número de desafios extras, incluindo:

- Um aumento da conscientização dos potenciais usuários do ISSC-MAP sobre os impactos da coleta silvestre de recursos de MAP e o reconhecimento da necessidade de padrões;
- Estimular a participação de potenciais usuários do ISSC-MAP nos processos de desenvolvimento e implementação desse Padrão;
- Assegurar a credibilidade dos supervisores do Padrão;
- Estabelecer mecanismos que garantam a responsabilidade dos usuários do Padrão; e

- Avaliar a disposição da indústria e dos consumidores em apoiar custos adicionais associados à aplicação do Padrão.

Durante a fase de implementação, orientações e definições adicionais serão desenvolvidas para alguns elementos do ISSC-MAP. Por exemplo, ferramentas e processos para assegurar uma produção sustentável são essenciais para a implementação efetiva do ISSC-MAP. Em setembro de 2006, um workshop promovido pela BfN e pela Universidade de Koblenz-Landau na ilha de Vilm reuniu aproximadamente 40 pessoas trabalhando na área de avaliação de produção sustentável de plantas medicinais e aromáticas ou de outros produtos não-madeiros coletados em áreas silvestres para discutir ferramentas e processos disponíveis, bem como, a relevância destes para plantas medicinais e aromáticas. Os resultados desse workshop serão incorporados nos futuros materiais de orientação para a aplicação do ISSC-MAP.

4. Governança e gerenciamento do ISSC-MAP

Com a transição de desenvolvimento para implementação do ISSC-MAP, novas estruturas são necessárias para governança e gerenciamento do padrão e para os processos de sua implementação. O Grupo Coordenador e diversos outros membros do Grupo Consultor se encontraram nos dias 18 e 19 de setembro de 2006 para planejar essa transição. Esse workshop foi realizado pela Manfred-Hermsen-Stiftung em Bremen, Alemanha.

Os Grupos Coordenador e Consultor originais serão expandidos e diferenciados dentro de quatro novas estruturas:

- um secretariado localizado dentro dos escritórios da WWF e TRAFFIC na Alemanha;
- um grupo de decisões mais formal, completando o Grupo Coordenador original com pessoas com expertise em certificação e negócios, e expandindo a expertise regional;
- um comitê técnico, formado por membros do Grupo Consultor, que orientara o grupo de decisões em assuntos específicos relacionados à implementação e ao desenvolvimento contínuo do Padrão; e
- grupos ad hoc de atividades para fornecer conhecimentos sobre assuntos específicos tais como aqueles relacionados a espécies particulares de PMA.

Considerações extras sobre estruturas de governança mais apropriadas para o ISSC-MAP são um importante componente da fase inicial de implementação.

5. Estrutura e conteúdo do ISSC-MAP

O **objetivo** do ISSC-MAP é assegurar o uso continuado e a sobrevivência no longo prazo das espécies e populações de PMA nos seus habitats, ao mesmo tempo, respeitando as tradições, culturas e meios de subsistência de todas as partes interessadas.

Os **objetivos** desse Padrão são:

- Fornecer uma estrutura de princípios e critérios que possam ser aplicados ao manejo de espécies de PAM e seus ecossistemas;
- Fornecer orientações para o planejamento do manejo;
- Servir como base de monitoramento e relatos; e
- Sugerir procedimentos necessários à certificação de coleta silvestre sustentável de recursos de PMA.

A versão 1.0 do ISSC-MAP segue uma hierarquia funcional de componentes de acordo com a divisão descrita na Tabela 1. Essas definições são baseadas em estruturas gerais recomendadas para a formulação de padrões de manejo sustentável da floresta (LAMMERTS VAN BUEREN and BLOM 1997).

Tabela 1. Diferenciação funcional de componentes do padrão

Elemento	Descrição
Padrão	Conjunto de regras desenvolvido para criar os conceitos, implementação e/ou avaliação de boas práticas de manejo.
Princípios	Leis ou regras fundamentais que servem como base para análises e ações. Os princípios são elementos explícitos de um objetivo.
Critério	Um estado ou aspecto de um processo ou sistema que deve estar estabelecido como o resultado da aderência a um princípio. O modo como os critérios são formulados deve permitir um veredito em relação ao nível de cumprimento em situações reais.
Indicador	Um parâmetro quantitativo ou qualitativo que pode ser avaliado em relação a um critério. Ele descreve de uma maneira objetivamente verificável e clara as características do sistema ou os elementos das políticas existentes e as condições de manejo e processos dirigidos por pessoas que são indicativos dos estados do ecossistema e do sistema social.
Método de controle (verificadores)	A fonte de informações para o indicador ou para o valor de referência para o indicador.

Adaptado do LAMMERTS VAN BUEREN and BLOM (1997)

O ISSC-MAP têm 6 princípios e 18 critérios relacionados às exigências ecológicas, sociais e econômicas para uma coleta sustentável de PMA em áreas silvestres. Esses princípios e critérios estão listados na Tabela 2. Os indicadores propostos estão detalhados no Anexo 1.

Tabela 2. Princípios e Critérios do ISSC-MAP

SEÇÃO 1: EXIGÊNCIAS EM RELAÇÃO À COLETA E CONSERVAÇÃO EM ÁREAS SILVESTRES
<p>Princípio 1. Mantendo os recursos silvestres de PMA</p> <p>A coleta silvestre de recursos de PMA deve ser conduzida em uma escala e velocidade de forma a manter as espécies e populações no longo prazo</p>
<p>1.1 Status de conservação das espécies-alvo de PMA</p> <p>O status de conservação das espécies e populações-alvo de PMA é avaliado e examinado regularmente.</p> <p>1.2 Práticas de coleta baseadas em conhecimentos</p> <p>As práticas de coleta e manejo de PMA são baseadas em identificação, inventários, avaliações e monitoramentos adequados das espécies-alvo e dos impactos de coleta.</p> <p>1.3 Intensidade de coleta e regeneração das espécies</p> <p>O tempo (intensidade e frequência) da coleta de PMA não excede à habilidade das espécies-alvo de se regenerarem no longo prazo.</p>
<p>Princípio 2. Prevenção de impactos ambientais</p> <p>Impactos negativos causados a outras espécies silvestres, à área de coleta e a áreas vizinhas pelas atividades de coleta de PMA devem ser prevenidos.</p>
<p>2.1 Espécies sensíveis e habitats</p> <p>Espécies e habitats raros e ameaçados, que estão mais propensos aos efeitos negativos da coleta e manejo de PMA, são identificados e protegidos.</p> <p>2.2 Manejo do Habitat (em nível de paisagem)</p> <p>Atividades de manejo que apoiam a coleta de PMA em áreas silvestres não afetam negativamente a diversidade, os processos e as funções do ecossistema.</p>
SEÇÃO II: EXIGÊNCIAS LEGAIS E ÉTICAS
<p>Princípio 3. Obediência às leis, regulamentos e acordos</p> <p>As atividades de coleta e manejo de PMA devem ser realizadas sob arranjos de posse de terra legítimos e sob cumprimento de leis, regulamentos e acordos relevantes..</p>
<p>3.1 Posse de terra, autoridade de manejo e direito de uso</p> <p>Coletores e manejadores têm direitos claros e reconhecidos, bem como, autoridade para o uso e manejo de recurso-alvo de PMA.</p> <p>3.2 Exigências legais, administrativas e regulamentações</p> <p>A coleta e o manejo de recursos de PAM obedecem a todos os acordos internacionais, a leis nacionais e a leis, regulamentações e exigências administrativas locais, incluindo aquelas relacionadas a espécies e áreas protegidas.</p>
<p>Princípio 4. Respeito aos direitos costumeiros</p> <p>Os direitos costumeiros de comunidades locais e de povos indígenas de usar e manejar as áreas de coleta e os recursos de PMA coletados devem ser reconhecidos e respeitados.</p>
<p>4.1 Uso tradicional, direito de acesso e patrimônio cultural</p> <p>Comunidades locais e povos indígenas com posses legais ou costumeiras, ou direitos de uso mantêm controle em extensão necessária à proteção de seus direitos e recursos sobre as operações de coleta de PMA.</p>

4.2 Divisão de benefícios

Acordos com comunidades locais e povos indígenas são baseados em conhecimentos adequados e apropriados sobre posse de recursos, exigências de manejo e valor de recursos de PMA.

SEÇÃO III: EXIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E DE NEGÓCIOS

Princípio 5. Aplicação de práticas de manejo responsáveis

A coleta silvestre de espécies de PMA deve ser baseada em práticas de manejo adaptativas, executáveis, participativas e transparentes.

5.1 Planos de manejo de espécies/ áreas

Os planos de manejo de espécies / áreas definem processos de manejo adaptativos e práticos e boas práticas de coleta.

5.2 Inventário, avaliação e monitoramento

O manejo de coleta de PMA em áreas silvestres conta com inventários adequados e práticos dos recursos, avaliação e monitoramento dos impactos de coleta

5.3 Transparência e participação

As atividades de coleta de PMA são realizadas de maneira transparente em relação aos planos e implementações de manejo, armazenando e compartilhando informações e envolvendo as partes interessadas.

5.4 Documentação

Procedimentos para coletar, manejar e compartilhar informações necessárias para um manejo efetivo são estabelecidos e realizados.

Princípio 6. Aplicação de práticas comerciais responsáveis

A coleta silvestre de recursos de PAM deve estar comprometida a alcançar às exigências mercadológicas de qualidade, financeiras e de trabalho sem sacrificar a sustentabilidade dos recursos.

6.1 Especificações do comprador/ de mercado

A coleta e o uso sustentável dos recursos de PMA são administrados e planejados de acordo com as exigências de Mercado a fim de prevenir ou minimizar a coleta de produtos que provavelmente não serão vendidos.

6.2 Rastreamento

O armazenamento e o tratamento dos recursos de PMA são manejados de modo a favorecer o rastreamento até a área de coleta.

6.3 Viabilidade econômica

Mecanismos são estimulados para assegurar a viabilidade financeira dos sistemas de coleta sustentável de recursos de PMA.

6.4 Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos

Os manejadores de recursos e coletores possuem habilidades adequadas (treino, supervisão, experiência) para implementar as necessidades do plano de manejo e obedecer as exigências desses padrões.

6.5 Segurança e compensação do trabalhador

O manejo de coleta de PMA oferece boas condições de segurança, salubridade no trabalho e compensação financeira aos coletores e outros trabalhadores.

Referências

- BROWN, L., D. ROBINSON and M. KARMANN. 2000. The Forest Stewardship Council and Non-timber Forest Product Certification: a Discussion Paper. Appendix A. Draft Principle 11. FSC NTFP Working Group, 1997.
- CBD. 2000. Ecosystem approach. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada. COP5 Decision V/6
(<http://www.biodiv.org/decisions/default.aspx?m=COP-05&id=7148&lg=0>)
- CBD. 2002a. Global Strategy for Plant Conservation. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada. COP6 Decision VI/9
(<http://www.biodiv.org/decisions/default.aspx?m=COP-06&id=7183&lg=0>)
- CBD. 2002b. Access and benefit sharing as related to genetic resources. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada. COP6 Decision VI/24.
(<http://www.biodiv.org/decisions/default.aspx?m=COP-06&id=7198&lg=0>)
- CBD. 2002c. *Report of the World Summit on Sustainable Development*. Johannesburg, South Africa, 26 August – 4 September. UN, New York, USA.
- CBD. 2004. Sustainable use (Article 10). Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada. COP7 Decision VII/12
(<http://www.biodiv.org/decisions/default.aspx?m=COP-07&id=7749&lg=0>)
- COONEY, R. 2004. The Precautionary Principle in Biodiversity Conservation and Natural Resource Management: An issues paper for policy-makers, researchers and practitioners. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.
- ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. 2006. Encyclopedia Britannica Online (www.eb.com).
- FSC. 2000. Principles and Criteria. Forest Stewardship Council
- FSC. 2006. Chain of Custody Certification. Forest Stewardship Council.
<http://www.fsccanada.org/SiteCM/U/D/179CE55BBA7277F0.pdf>
- HOLLING, C.S. 1978. *Adaptive environmental assessment and management*. John Wiley and Sons, NY.
- ISEAL. 2004. ISEAL Code of Good Practice for Setting Social and Environmental Standards. International Social and Environmental Accreditation and Labelling Alliance. P005 Final Public Draft, version 3, January 2004. (www.isealalliance.org)
- KATHE, W. and E. GALLIA. 2006. *International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants: Study on Implementation Strategies and Opportunities for Pilot Implementation*. Excerpt from final draft, April 2006.
- LAMMERTS VAN BUEREN, E.M. and E.A. BLOM. 1997. *Hierarchical Framework for the Formulation of Sustainable Forest Management Standards*. The Tropenbos Foundation, Leiden, The Netherlands.
- LANGE, D. and U. SCHIPPMANN. 1997. *Trade Survey of Medicinal Plants in Germany: A Contribution to International Plant Species Conservation*. Bundesamt für Naturschutz, Bonn
- LEAMAN, D.J. 2004. *Standards for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants. Discussion Draft 1, November 2004*.
- LEAMAN, D.J., H. FASSIL and I. THORMANN, 1999. Conserving Medicinal and Aromatic Plant Species: Identifying the Contribution of the International Plant Genetic Resources Institute (IPGRI), Rome, Italy.
- LEAMAN, D.J. and S. SALVADOR. 2005. *An international standard for the sustainable wild collection of medicinal and aromatic plants (ISSC-MAP): principles, criteria, indicators, and means of verification*. Draft 2, April 2005.
- MULDOON, G.J. and P.G. SCOTT, 2004. Creating the International Standard for the Trade in Live Reef Food Fish. Asia-Pacific Economic Cooperation, Fisheries Working Group.

- PETERS, C.M. 1994. Sustainable Harvest of Non-Timber Plant Resources in Tropical Moist Forest: An Ecological Primer. Biodiversity Support Programme and World Wildlife Fund, Washington, DC
- PIERCE, A.R. and S.A. LAIRD. 2003. *In search of comprehensive standards for non-timber forest products in the botanicals trade*. International Forestry Review 5(2): 138-147.
- SALVADOR, S. 2005. Compilation of Results from Field Consultations on the International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plan (ISSC-MAP). Draft 2.
- SCHIPPMANN, U., D. LEAMAN, and A.B. CUNNINGHAM. 2006. Cultivation and wild collection of medicinal and aromatic plants under sustainability aspects. *In: Bogers, R.J., L.E. Craker, and D. Lange (eds). Medicinal and aromatic plants*. Springer, Dordrecht. Wageningen UR Frontis Series no. 17.
(http://library.wur.nl/frontis/medicinal_aromatic_plants/05_schipmann.pdf)
- SECO. 2005. *A Guide to Using the Working Draft ABS Management Tool*. State Secretariat for Economic Affairs. Berne, Switzerland.
- SHANLEY, P., A.R. PIERCE, S.A. LAIRD, and A. GUILLEN. 2002. *Tapping the Green Market: Certification and Management of Non-timber Forest Products*. Earthscan.
- SRIVASTAVA, J., J. LAMBERT, and N. VIETMEYER. 1996. *Medicinal Plants: An Expanding Role in Development*. World Bank Technical Paper 320. World Bank, Washington, D.C.
- UN. 2005. *The Millennium Development Goals Report*. United Nations Department of Public Information, New York, USA.
- UNEP. 2001. *Convention on Biological Diversity: Text and Annexes*. United Nations Environment Programme. UNEP/CBD/94/1 (<http://www.biodiv.org>).
- WALTERS, C.J. 1986. *Adaptive management of renewable resources*. McMillan, New York.
- WHO. 2002. *WHO Traditional Medicine Strategy 2002-2005*. World Health Organization, Geneva.
- WHO - World Health Organization. 2003. *WHO Guidelines on Good Agricultural and Collection Practices (GACP) for Medicinal Plants*. WHO, Geneva.
- WHO, IUCN and WWF. 1993. *Guidelines on the Conservation of Medicinal Plants*. IUCN.
- WHO, IUCN, WWF, and TRAFFIC. Forthcoming. *Revised Guidelines on the Conservation of Medicinal Plants*.
- WIKIPEDIA, 2006. (<http://en.wikipedia.org/wiki/Traceability>)
- XIAO PEN-GEN. 1991. The Chinese Approach to Medicinal Plants – Their Utilization and Conservation. *In: Akerle, O., V. Heywood, and H. Synge (eds.). Conservation of Medicinal Plants*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- ZABEL, R.W., C.J. HARVEY, S.L. KATZ, T.P. GOOD, and P.S. LEVIN. 2003. Ecologically sustainable yield. *American Scientist* 91(2): 150+.

Anexo 1. Os indicadores propostos do ISSC-MAP

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
Seção I	EXIGÊNCIAS EM RELAÇÃO À COLETA SILVESTRE E CONSERVAÇÃO						
Princípio 1	Manutenção dos recursos silvestres de PMA A coleta silvestre de recursos PMA deve ser conduzida em uma escala e intensidade que permita a manutenção das espécies e populações no longo prazo						
Critério 1.1 Situação de Conservação das espécies-alvo de PMA A situação de conservação das espécies e populações-alvo de PMA é avaliada e revisada regularmente.	1.1.1	A condição atual de conservação das espécies-alvo de PMA é avaliada e revisada regularmente de acordo com os critérios e categorias das Listas Vermelhas da UICN (versão 3.1, 2001).	<ul style="list-style-type: none"> O programa das Listas Vermelhas da UICN, banco de dados de Listas Vermelhas e/ou Autoridade das Listas Vermelhas para plantas medicinais + Avaliações das condições de conservação 	x			1
	1.1.2	Para espécies com deficiência de dados (DD) ou não avaliadas (NA) de acordo com as categorias e critérios das Listas Vermelhas da UICN, informações suficientes são coletadas para completar e/ou rever as avaliações prévias sobre suas condições de conservação (de acordo com 1.1.1).	<ul style="list-style-type: none"> Documentos das informações coletadas Relatório escrito da verificação de campo sobre as populações de espécies Avaliação de recursos Lista de dados exigidos pelo - checklist das Listas Vermelhas 	x	x		2
Critério 1.2 Práticas de coleta baseadas em conhecimento As práticas de coleta e manejo de PMA são baseadas em adequada identificação, inventário, avaliação e monitoramento das espécies-alvo e dos impactos de coleta.	1.2.1	Espécies em perigo ou criticamente ameaçadas (de acordo com as Listas Vermelhas da UICN) não são coletadas em áreas silvestres para propósitos comerciais.	<ul style="list-style-type: none"> Lista de plantas coletadas 	x			1
	1.2.2	Estratégias de manejo são definidas e implementadas para reduzir ameaças identificadas às espécies consideradas "vulneráveis" pelas Listas Vermelhas da UICN.	<ul style="list-style-type: none"> Lista de plantas coletadas Plano de manejo 	x			1
	1.2.3	As espécies PMA selecionadas para a coleta e suas fontes geográficas são meticulosamente e cuidadosamente identificadas com amostras botânicas da área de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Cadernos, manuais e outros instrumentos para identificação de espécies Amostras botânicas com nomes taxonômicos, bem como, local e nome comercial Mapas mostrando a localização das coletas ou coordenadas de GPS incluindo amostras botânicas + Padrões de qualidade Instruções documentadas do comprador 	x	x		2→1

⁶ Categorias prioritárias têm sido propostas pelo Institute for Marketecology (IMO) em trabalho realizado para revisar os indicadores para a Primeira Versão do ISSC-MAP. O MPSG propôs uma maior prioridade para alguns dos indicadores, sinalizados por "→". A utilidade dessas categorias esta em discussão.

1: Prioridade = exigência mínima de que todos os usuários obedeçam a esses padrões

2: Segunda prioridade = obediência aos requerimentos relevantes ou praticáveis para alguns/ usuários específicos (Ex.: operações maiores)

3: Recomendação = melhor prática

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	1.2.4	Mapas das áreas de coleta identificam as populações-alvo	<ul style="list-style-type: none"> Mapas de cada área de coleta 	x			1
	1.2.5	Instruções internas de coleta definem os métodos de coleta para cada espécie / partes da planta PMA baseados em fontes apropriadas de informação e conhecimento sobre as características biológicas das espécies.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções de coleta/ Regras internas de coleta Instruções específicas da espécie e da área para coletores + Documentos das informações coletadas Pesquisas publicadas sobre análises e observações da área, conhecimento local e experiência dos coletores. Consulta com especialistas/ autoridades relevantes em manejo de recursos 	x x x x		x	1
	1.2.6	Instruções de coleta são regularmente pesquisadas e ajustadas com base nas observações sobre os impactos nas espécies-alvo de PMA.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios escritos de monitoramento Análise das informações coletadas 	x x	x x		1
	1.2.7	Desperdício de recursos-alvo de PMA causado pelas más práticas de coleta é minimizado.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta Verificação visual / física da área por um inspetor 	x		x	2→1
Critério 1.3 Intensidade de coleta e regeneração de espécies A taxa (intensidade e frequência) de coleta de PMA não excede a habilidade de regeneração das espécies-alvo no longo prazo.	1.3.1	Informações da linha-base sobre tamanho, distribuição e estrutura (classes de idade) das populações de espécies-alvo estão disponíveis na área de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento, inventários, documentos de coleta de informação. Informação de estudos relevantes Consulta com especialista/ autoridades relevantes de manejo de recursos 	x x x	x x		2→1
	1.3.2	As quantidades máximas de coleta estão definidas nas instruções internas de coleta para cada espécie/ parte da planta e para cada área de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de recursos (incluindo a avaliação da taxa de regeneração) Confirmação de sustentabilidade de certa quantidade de coleta por um especialista/ autoridade independente Permissão de coleta fornecida pelas autoridades de manejo de recursos, listando todas as plantas com as suas respectivas quantidades máximas Registros históricos ou relatórios de monitoramento sobre produção estável com as presentes atividades de coleta. + Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x x x x	x x		1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	1.3.3	Quantidades de coleta são definidas com base em medidas práticas e confiáveis (Ex.: volume, peso, número).	<ul style="list-style-type: none"> Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x	x		1
	1.3.4	Quando conhecimentos e informações apropriadas e adequadas não estão disponíveis, um programa de coleta de dados é realizado e qualquer coleta em andamento é executada cautelosamente (Coleta quantidades abaixo do potencial de produção).	<ul style="list-style-type: none"> Programa de coleta de dados Documentos das informações coletadas. Observações e avaliações visuais documentadas Avaliação dos riscos gerais 	x		x	1
	1.3.5	A proporção de indivíduos maduros e reprodutivos a serem mantidos nas populações alvo para coletas é determinada para manter uma densidade populacional base e uma diversidade estrutural e genética básica.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento Informações de estudos relevantes Consulta com especialistas/ autoridades relevantes de manejo de recursos 	x	x		2
	1.3.6	Idade mínima e máxima/ classe de tamanho permitido para a coleta são definidos por espécies-alvo e áreas de coleta nas instruções internas de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento Consulta com especialistas/ autoridades de manejo de recursos + Instruções de coleta/ Regras internas de coleta Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x	x		2
	1.3.7	A idade/ classes de tamanho são definidas a partir de características práticas e confiáveis (Ex.: diâmetro da planta/ DAP, altura, frutificação e floração, conhecimento dos coletores locais).	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x	x		2→1
	1.3.8	Frequência máxima permitida para coletas de espécies-alvo, definida nas instruções de coleta, não excede a taxa de reposição de indivíduos adultos ou parte de plantas coletadas na região de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento / declaração de especialista / autoridades relevante de manejo de recursos Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x	x		
	1.3.9	Períodos permitidos para a coleta são determinados a partir do uso de indicadores confiáveis e práticos (Ex.: sazonalidade, ciclos de precipitação, época de frutificação e floração), e são baseados nas informações sobre o ciclo reprodutivo das espécies-alvo de MAP.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação e monitoramento / declaração de especialista / autoridades de manejo de recursos Instruções para coletores sobre espécies e áreas específicas 	x	x		2→1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶		
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador			
	1.3.10	Dados consolidados sobre quantidades disponíveis (espécies/área/ano) e confirmação de que as instruções de coleta estão sendo seguidas.	• Registros de coleta/venda	x			2		
	1.3.11	Quantidades, períodos e frequência de coleta são registrados e confirmam que as instruções de coleta estão sendo seguidas.	• Registros de coleta/venda	x			1		
Princípio 2	Prevenção de Impactos Ambientais Negativos								
	Impactos negativos causados pelas atividades de coleta de PMA a outras espécies silvestres, à área de coleta e a áreas vizinhas devem ser prevenidos.								
Critério 2.1	Espécies e habitats sensíveis Espécies e habitats raros, ameaçados e em perigo que estão mais propensos a serem afetados pela coleta e manejo de PMA são identificados e protegidos.	2.1.1	Estratégias existentes de conservação de espécies e habitat, relevantes para a área de coleta, são reconhecidas e incorporadas no plano de manejo (de acordo com 5.1.5, 5.1.6).	• Plano de manejo	x			2→1	
		2.1.2	Conhecimentos sobre funções especiais no ecossistema/ relações de dependência entre as espécies-alvo de PMA e outras espécies são documentados e incorporados no manejo e monitoramento (de acordo com o critério 5.1 e 5.2).	• Plano de manejo	x	x		3	
Critério 2.2	Manejo de habitat (ao nível de paisagem) As atividades de manejo que suportam a coleta de PMA em áreas silvestres não são prejudiciais à diversidade, processos e funções do ecossistema.	2.2.1	As práticas de manejo dos habitats aplicadas nas áreas de coleta são descritas.	• Informações do dono/administrador responsável	x			2→1	
		2.2.2	Os impactos negativos das práticas de coleta de PMA e as atividades de manejo nas áreas de coleta são identificadas no plano de manejo (de acordo com o critério 5.1).	• Plano de manejo	x	x		2→1	
		2.2.3	Os métodos de coleta implementados & ferramentas são apropriados: os danos à planta/ populações de plantas são minimizados.	• Consulta com especialistas/ autoridades de manejo de recursos • Verificação visual e física da área por inspetor	x	x	x		1
		2.2.4	Os planos de manejo (de acordo com o critério 5.1) incluem estratégias para prevenir ou reduzir impactos negativos a outras espécies e à área de coleta (de acordo com 2.2.1).	• Plano de manejo • Acordos com outras companhias na área • Verificação visual e física da área por inspetor	x x				2→1
		2.2.5	Mudanças na estrutura, função e serviços do ecossistema são monitoradas e registradas (de acordo com o Critério 5.2)	• Relatórios escritos de monitoramento	x				1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶	
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador		
	2.2.6	Nenhum insumo proibido (Ex.: de acordo com os padrões orgânicos) é usado na área de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmação oficial do escritório florestal regional ou de fontes semelhantes (proprietário da terra, administrador responsável) • Verificação visual e física da área por inspetor • Avaliação dos riscos gerais da área 	x		x	1	
	2.2.7	Práticas intensivas de manejo na escala da paisagem promovendo os recursos de PMA (Ex.: redução de competição por luz, plantio de enriquecimento) não afetam negativamente espécies sensíveis ou a estrutura, processos de diversidade e funções do ecossistema nas áreas de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios escritos de monitoramento • Notas de campo / observações documentadas e avaliações visuais • Consulta com especialistas/ autoridades de manejo de recursos 	x		x	2	
Seção II	EXIGÊNCIAS LEGAIS E ÉTICAS							
Princípio 3	Obediência às Leis, Regulamentos e Acordos							
	As atividades de coleta e manejo de PMA devem ser realizadas sob legítimos acordos de posse e devem obedecer a leis, regulamentos e acordos relevantes.							
Critério 3.1	Posse, autoridade de manejo ou direitos de uso Os coletores e manejadores têm direitos claros e reconhecidos, bem como autoridade para usar e manejar os recursos de MAP.	3.1.1	A área silvestre onde a coleta é realizada e claramente definida e seus limites estabelecidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Versões atuais de mapas em uma escala adequada para todas as áreas de coleta (além disso, mapas e pesquisas produzidos pela comunidade/ coletor) 	x			1
		3.1.2	A propriedade, posse ou direitos de uso das áreas de coleta são conhecidos por uma escala de tempo longa o suficiente para permitir o cumprimento dos objetivos estabelecidos de manejo de recursos de PMA.	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos importantes que identificam os manejadores responsáveis/ proprietários incluem: título de terra / escritura, acordo de arrendamento, acordo sobre manejo de recursos, permissão de coleta, carta de um representante legal / advogado, registro de posse de terra 	x			2
		3.1.3	Há um sistema regulatório que protege a área de manejo de PMA de atividades de coleta ilegais e de outras atividades não autorizadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema regulatório documentado/ Regras do manejador responsável ou autorizado/ proprietário 	x			2
		3.1.4	Mecanismos de controle efetivamente asseguram o funcionamento do sistema regulatório (Ex.: leis e regulamentos estão sendo cumpridos, tendo os efeitos esperados)	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema regulatório • Entrevista com coletores • Informações do administrador responsável ou autorizado / proprietário • Relatórios de monitoramento 	x x x		x	2
		3.1.5	Os coletores / manejadores de coleta tem um direito claro ao uso e manejo dos recursos de MAP.	<ul style="list-style-type: none"> • Permissões de coleta • Contratos ou acordos 	x x			2

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
Critério 3.2 Exigências legais, regulamentares e administrativas A coleta e manejo dos recursos de MAP obedecem a todos os acordos internacionais e às exigências administrativas, regulamentares e legais nacionais e locais, incluindo aquelas relacionadas a espécies e áreas protegidas.	3.2.1	Importantes exigências legais, regulatórias e administrativas e as responsabilidades são conhecidas e entendidas pelo manejador de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Importantes documentos legais, regulatórios e administrativos (incluindo contratos, permissão de coleta, permissão de exportação, etc.) + <ul style="list-style-type: none"> • Lista nacional / local de espécies protegidas encontradas ou prováveis de serem encontradas na área de coleta • Listas ou mapas nacionais / locais de áreas protegidas dentro ou sobrepondo a área de coleta • Comunicação com autoridades importantes / organizações locais de conservação • Autorização de uma certa quantidade de coleta pelas autoridades competentes 	x			1
	3.2.2	Planos de manejos, procedimentos e instruções e contratos de trabalho seguem as exigências legais, regulatórias administrativas relevantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos + <ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo, procedimentos, instruções de trabalho + <ul style="list-style-type: none"> • Permissão de coleta + <ul style="list-style-type: none"> • Mapas indicando localização de quaisquer áreas protegidas dentro ou próximas a área de coletas + <ul style="list-style-type: none"> • Permissão de exportação (Ex.: espécies do Apêndice II da CITES) 	x			1
Princípio 4	Respeito aos Direitos Costumeiros Os direitos costumeiros de comunidades locais e povos indígenas para usar e manejar as áreas de coleta e recursos de PMA coletados em áreas silvestres devem ser reconhecidos e respeitados.						
	Critério 4.1 Uso tradicional, direitos de acesso e patrimônio cultural Comunidades locais e povos indígenas com direitos de posse legais, costumeiros ou de uso mantêm controle na medida necessária para proteger seus direitos ou recursos das operações de coleta de PMA.	4.1.1	Conhecimento de direitos legais e costumeiros, usos tradicionais e significados culturais e religiosos de MAP e outras espécies e seus habitats estão disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação sobre uso tradicional de MAP e das áreas de coleta de acordo com seus significados culturais e religiosos • Documentos de informações coletadas • Informação de grupos locais/ povos indígenas • Consulta com autoridades e especialistas relevantes 	x		
	4.1.2	Usos tradicionais / direitos de acesso são incluídos no plano de manejo da área de coleta / recursos (de acordo com o critério 5.1)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo 	x	x		2→1
	4.1.3	A coleta de recursos de MAP respeita os significados culturais e religiosos de PMA e de outras espécies e seus habitats (de acordo com 4.1.1).	<ul style="list-style-type: none"> • Acordos com grupos locais / povos indígenas • Mapas indicando a localização e os limites dessas áreas 	x			1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	4.1.4	Impactos potenciais das atividades de coleta de PMA nos usos tradicionais, direitos de acesso e patrimônio cultural nas áreas de coleta (com base no indicador 4.1.1) são definidos (incluindo a entrada de coletores).	<ul style="list-style-type: none"> Análise de risco dos impactos potenciais 	x			2→1
	4.1.5	Medidas são tomadas para evitar perdas ou danos que afetem os direitos legais ou costumeiros, recursos, saúde ou subsistência de comunidades locais e povos indígenas (com base no indicador 4.1.1).	<ul style="list-style-type: none"> Plano de manejo 	x			2→1
	4.1.6	Compensação justa é fornecida nos casos de tais perdas ou danos.	<ul style="list-style-type: none"> Evidencia (Ex.: registros de documentos) de consulta / solução de conflitos 	x			2→1
	4.1.7	A disponibilidade, acessibilidade e qualidade de recursos de plantas medicinais para usos locais e tradicionais (com base no indicador 4.1.1) não são prejudicadas ou reduzidas pela coleta comercial.	<ul style="list-style-type: none"> Documentos sobre consultas a comunidades locais e povos indígenas em relação à disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos recursos de plantas medicinais Áreas de Coletas exclusivas Entrevistas com os atores envolvidos 	x			2→1
	4.1.8	Mecanismos apropriados e efetivos são usados para resolver reivindicações.	<ul style="list-style-type: none"> Evidências (Ex. Registro de documentos) de consulta / solução de conflito com comunidades locais e povos indígenas relacionados a atividades de Coleta de PMA 	x			2→1
Critério 4.2 Divisão de benefícios Os acordos com comunidades locais e povos indígenas são baseados em conhecimentos apropriados e adequados sobre a posse de recursos, exigências de manejo e valor dos recursos de PMA.	4.2.1	Acordos com comunidades locais e povos indígenas sobre o uso dos recursos existentes.	<ul style="list-style-type: none"> Arquivo / documento de acordo 	x			2
	4.2.2	Os acordos obedecem a importantes leis e regulamentos nacionais relacionados a acesso e divisão de benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Legislação / regulamentos nacionais 	x			1
	4.2.3	Em relação ao uso do conhecimento tradicional: permissão informada é dada pela comunidade fonte e termos mutuamente aceitos são gerados para acesso a esse conhecimento e para a distribuição igualitária dos benefícios advindos do seu uso.	<ul style="list-style-type: none"> Documentos de acordo Entrevistas com atores envolvidos 	x			2→1
	4.2.4	Há evidência de Consentimento Prévio Informado (CPI) e termos mutuamente aceitos (TMA) com relação ao acesso aos recursos genéticos, responsabilidade de manejo e delegação de controle a outras agências.	<ul style="list-style-type: none"> Contratos e acordos incluem evidência de Consentimento Prévio Informado (CPI); declaração de termos mutuamente aceitos (TMA) 	x			2→1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶	
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador		
	4.2.5	O acesso aos recursos e os acordos de repartição de benefícios refletem as fontes de conhecimento / informações científicas, locais, industriais e outras referentes ao valor atual e antecipado dos recursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de acordo • Arquivos, relatórios ou outras evidências refletindo o valor do recurso • Avaliação geral 	x			2→1	
	4.2.6	Mecanismos para a repartição de benefícios são considerados justos pelos beneficiados.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração dos beneficiados 	x			2→1	
	4.2.7	Acordos permitem novas informações e mudanças das condições locais que afetam essas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de acordo • Avaliação geral 	x			2→1	
	4.2.8	A coleta e processamento dos produtos de PMA coletados em áreas silvestres são conduzidos de forma a fortalecer e diversificar a economia local.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidência de razoável oferta de trabalho local • Propriedade local de PMA e investimentos locais nas operações de coleta de PMA • Avaliação geral 	x			1	
Seção III	EXIGENCIAS DE MANEJO E NEGOCIOS							
Princípio 5	Aplicação de Práticas de Manejo Responsáveis							
	A coleta de MAP em áreas silvestres deve ser baseada em práticas de manejo adaptativas, práticas, participativas e transparentes.							
Critério 5.1	Planos de manejo da área/espécie Um plano de manejo da área/espécie define processos de manejo adaptativos e práticos, e de boas práticas de coleta.	5.1.1	Existe um plano de manejo para coletas sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo 	x			1
		5.1.2	Os planos de manejo incluem: a) Estratégias de conservação da planta e seu habitat b) Padrão de qualidade interna de acordo com o indicador 6.1.2 c) Procedimentos documentados exigidos por esses padrões (Ex.: monitoramento, medidas e análises dos impactos das práticas de coleta) d) Documentos necessários a companhia/organização de coleta para assegurar o efetivo planejamento, operações e controle de processos. e) Arquivos e documentos exigidos por esses padrões.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo 	x			1
		5.1.3	O plano de manejo e específico para as áreas de coleta (sítio) e para as espécies de PMA coletadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo 	x			1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	5.1.4	O plano de manejo é revisado em intervalos regulares dentro de um período de tempo especificado no plano para assegurar que ele permaneça adequado e efetivo, alcançando os objetivos desse padrão.	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do plano de manejo • Arquivos das revisões dos planos de manejo 	x			1
	5.1.5	O plano de manejo leva em consideração qualquer plano de manejo que se refira à área de coleta e que seja produzido pela autoridade apropriada em manejo de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo • Consulta com outras autoridades de operações/ manejo trabalhando na, ou próximo a área de coleta 	x x			1
	5.1.6	Áreas protegidas ou com objetivos especiais de manejo, sobrepostas ou próximas a área de coleta, são identificadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo • Consulta com outras autoridades de operações/ manejo trabalhando na, ou próximo a área de coleta • Mapas 	x x x			1
	5.1.7	Outras atividades na área que representem ameaças potenciais a sustentabilidade de espécies e habitats são identificadas (Ex.: outros coletores na mesma área)	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios sobre outras atividades na área • Relatórios sobre outras companhias / grupos de coleta na mesma área • Consulta com outras autoridades de operações/ manejo trabalhando na, ou próximo a área de coleta 	x x x			1
	5.1.8	Mapas estão disponíveis para indicar localizações de trilhas ou estradas de extração, áreas de conservação e principal infra-estrutura em uma escala que seja útil para a supervisão das atividades de manejo e para facilitar o monitoramento de dentro da área.	<ul style="list-style-type: none"> • Mapas 	x			1
	5.1.9	Todas as fontes principais de contaminação são claramente indicadas no mapa e excluídas da coleta.	<ul style="list-style-type: none"> • Mapas • Regras Internas de coleta / boas práticas de coleta • Verificação visual e física da área por um inspetor 	x x		x	1
	5.1.10	O plano de manejo inclui estratégias para prevenir ou reduzir ameaças identificadas (de acordo com 5.1.8)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo • Acordos com outras companhias operando na área de coleta 	x x			1
	5.1.11	A área de coleta está livre das principais fontes de contaminação.	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração do proprietário / administrador responsável • Relatórios escritos de monitoramento • Notas de campo / observações documentadas e avaliação visual 	x x x		x	1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	5.1.12	Há instruções internas escritas para cada área de coleta sobre: a) Áreas de coleta, b) Métodos de coleta, c) Quantidades máximas de coleta, d) Frequência máxima permitida de coleta, e e) Períodos para evitar e concentrar as atividades de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções internas de coleta / boas práticas de coleta Instruções específicas por espécie / área para coletores 	x			1
	5.1.13	Instruções de coleta / boas práticas de coleta e plano de manejo estão de acordo com o critério 1.3 desses padrões.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções internas de coleta / boas práticas de coleta Instruções específicas por espécie / área para coletores 	x			1
	5.1.14	Coletores apenas coletam de acordo com as regras desses padrões.	<ul style="list-style-type: none"> Contrato dos coletores Entrevista com coletores 	x		x	1
	5.1.15	Instruções de coleta são revisadas e atualizadas de acordo com informações e observações novas sobre espécies e áreas específicas.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções atualizadas de coleta / Instruções específicas por espécie / área para coletores 	x			1
Critério 5.2 Inventário, avaliação e monitoramento O manejo de coleta de PMA em áreas silvestres tem por base inventários práticos e adequados dos recursos, avaliação e monitoramento dos impactos de coleta.	5.2.1	Avaliação e monitoramento regular dos recursos-alvo de PMA, de habitats e de assuntos sociais/ culturais e econômicos associados à coleta de PMA são realizados, documentados e incorporados no plano de manejo (de acordo com o critério 5.1).	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação, inventários, coleta de informações, relatórios escritos de monitoramento e análise de resultados Plano de manejo 	x	x		1
	5.2.2	Instruções de coleta identificam as observações necessárias para monitorar os impactos de coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Instruções internas de coleta / boas práticas de coleta Relatórios de monitoramento 	x			2→1
	5.2.3	Pesquisas periódicas sobre regeneração são conduzidas dentro da área de manejo, usando métodos de pesquisa repetíveis e comparáveis.	<ul style="list-style-type: none"> Documentos sobre métodos de pesquisa Relatórios escritos de monitoramento 	x			2
	5.2.4	Tamanho da população, distribuição e estrutura (distribuição por idade/classe de tamanho), como as registradas nas pesquisas de regeneração, permanecem iguais ou acima dos valores base e refletem uma população sadia.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação, inventários, coleta de informações, relatórios escritos de monitoramento e análise dos resultados Observações documentadas e verificação visual / física da área 	x		x	1
	5.2.5	O monitoramento periódico dentro da área de manejo confirma que a disponibilidade, viabilidade e qualidade do recurso-alvo / parte da planta permanece estável ou aumenta.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios escritos de monitoramento, inventários, coleta de informações, e análise dos resultados Verificação visual / física da área por um inspetor 	x		x	1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	5.2.6	Inventário, avaliação e monitoramento são conduzidos a partir de ferramentas e procedimentos dentro das habilidades e capacidades razoáveis (existentes ou atingíveis) de coletores / manejadores de campo.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de avaliação, inventários, coleta de informações, relatórios escritos de monitoramento e análise dos resultados Observações de campo / observações documentadas e avaliação visual 	x		x	2→1
Critério 5.3 Transparência e participação As atividades de coleta de PMA são executadas de uma maneira transparente em relação ao planejamento e implementação do manejo, registrando e compartilhando informações, e envolvendo os principais atores.	5.3.1	Grupos, organizações, empresas, indivíduos, agências etc. que têm interesse nos recursos-alvo de PMA, na área de coleta ou nos impactos potenciais são identificados no plano de manejo (de acordo com o critério 5.1).	<ul style="list-style-type: none"> Plano de manejo 	x			2
	5.3.2	Consultas regulares são mantidas com pessoas e grupos diretamente envolvidos/afetados pela coleta de PMA e operações de manejo de recursos	Confirmação de comunicação efetiva com as comunidades afetadas e da participação das mesmas. Ex.: <ul style="list-style-type: none"> Notificação adiantada / oportunidade para envolvimento Definição de papéis e responsabilidades Facilitação de participação Registro, planos, horários de reuniões com as instituições contratadas e outros atores envolvidos. Registro de decisões tomadas como resultado de tais consultas. Entrevista com os atores envolvidos Avaliação geral 	x			1
	5.3.3	Organizações de coletores e comunidades afetadas pelas atividades de coleta são ativamente envolvidos no desenvolvimento e implementação do manejo de recursos de PMA.					1
	5.3.4	Conflitos de recursos com proprietários / manejadores vizinhos ou outros usuários de recursos são resolvidos ou encaminhados de maneira sistemática e efetiva.					2
Critério 5.4 Documentação Procedimentos para coleta, manejo e compartilhamento de informações necessárias para um manejo de coleta efetivo são estabelecidos e realizados.	5.4.1	Informações sobre protocolos e práticas de coleta, transporte e armazenamento são mantidas.	<ul style="list-style-type: none"> Regras internas de coleta / BPC Regras internas de manuseio Caracterização das plantas Resumos de revisões do plano de manejo 	x	x	x	1
	5.4.2	Registros são estabelecidos e mantidos para fornecer provas de conformidade às exigências e efetiva execução do plano de manejo.	<ul style="list-style-type: none"> Registros de compra de coleta e monitoramento Registros de armazenamento, manuseio, processamento e transporte 	x	x		1
	5.4.3	Sistemas de comunicação são estabelecidos e mantidos com o envolvimento de comunidades locais e outros atores.	<ul style="list-style-type: none"> Registros, planos, horários de reuniões com instituições contratadas e com outros atores envolvidos. Entrevista com atores envolvidos Avaliação geral 	x			2

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	5.4.4	Resumos dos principais elementos do plano de manejo, planos anuais de operação relacionados aos planos de manejo e relatórios de avaliação estão disponíveis para os atores envolvidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos mostrando os principais elementos do plano de manejo • Entrevista com atores envolvidos • Avaliação geral 	x			1
	5.4.5	A documentação e níveis de detalhes associados ao plano de manejo e aos processos do plano são apropriados para: <ul style="list-style-type: none"> • O tamanho e complexidade da propriedade / posse da área de coleta e recursos de PMA • A escala e intensidade da operação de coleta • Os possíveis impactos das atividades de coleta sobre os recursos e habitat de PMA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo • Avaliação de risco pelo inspetor 	x		x	2→1
Princípio 6	Aplicação de Práticas Comerciais Responsáveis						
	A coleta de recursos silvestres de PMA deve ser realizada para dar suporte às exigências mercadológicas de qualidade, financeiras e de trabalho sem sacrificar a sustentabilidade dos recursos.						
Critério 6.1 Especificações de mercado/ consumidor A coleta e manuseio sustentável dos recursos de PMA são gerenciados e planejados de acordo com as exigências de mercado para prevenir ou minimizar a coleta de produtos improváveis de serem vendidos.	6.1.1	Manejadores de coleta identificam e implementam as exigências de mercado (Ex.: através das instruções dos pedidos do comprador / planilhas de especificação).	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções do comprador • Pesquisas de mercado • Folhas de especificação • Documentos de informações coletadas 	x			2
	6.1.2	Documentação interna que define as exigências de higiene e qualidade mínimas do produto é baseada nas respectivas exigências de mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta • Padrões internos de qualidade 	x			2
	6.1.3	Apenas as plantas que atendem às exigências de qualidade são coletadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções de coleta/ Regras Internas de coleta 	x			1
	6.1.4	O comprador dos recursos de MAP concorda com o manejador de coletas sobre as quantidades (Ex.: quanto de cada planta / partes da planta) antes que a estação de coleta comece.	<ul style="list-style-type: none"> • Acordos documentados com compradores 	x			3
	6.1.5	Os manejadores de coleta revisam as instruções dos compradores em relação ao plano de manejo antes das atividades relacionadas ao pedido começarem.	<ul style="list-style-type: none"> • Acordos documentados com compradores • Plano de manejo 	x			2
	6.1.6	Instruções internas de manuseio descrevem os procedimentos para um correto manuseio pós-coleta pelos coletores, depois da compra e durante o transporte para minimizar contaminação / perda de qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções Internas de Manuseio 	x			1

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
Critério 6.2 Rastreabilidade Armazenamento e manuseio dos recursos de MAP são feitos para auxiliar a rastreabilidade nas áreas de coleta.	6.2.1	Coleta e identificação pós-coleta apropriada, rotulação e procedimentos de manutenção de registros são seguidos.	<ul style="list-style-type: none"> Registros e recibos de coleta / compra Resumo de compra Registros de processo Registros de estoque Rótulos/identificação Registros de vendas 	x			1
	6.2.2	Registros e identificação apropriada permitem que cada conjunto de bens seja rastreado de volta a área de onde foi coletado	<ul style="list-style-type: none"> Registros e recibos de coleta / compra indicam a área e a data de coleta Resumo de compra Registros de processo Registros de estoque Rótulos / identificação Registros de vendas + Verificação de rastreabilidade pelo inspetor 	x		x	1
	6.2.3	Faturas, lista de bens, certificados de origem e outros documentos aplicáveis relacionados à entrega e transporte especificam o status de manejo dos produtos.	<ul style="list-style-type: none"> Faturas Lista de bens Certificação de origem Documentos de entrega e transporte 	x			2
Critério 6.3 Viabilidade financeira Mecanismos são encorajados para assegurar a viabilidade financeira de sistemas de coleta silvestre sustentável de recursos de PMA.	6.3.1	Há um plano financeiro para as operações de coleta de PMA que inclui manejo de recurso e conservação como custos internos.	<ul style="list-style-type: none"> Plano financeiro 	x			2
	6.3.2	A renda alcançada pela coleta de recursos de MAP é suficiente para cobrir os custos das atividades de manejo de recursos no longo prazo, incluindo investimentos em conservação para satisfazer esse Padrão.	<ul style="list-style-type: none"> Análises financeiras 	x			2
Critério 6.4 Treinamento e aumento de capacidade Os manejadores de recursos e coletores têm as habilidades necessárias (treinamento, supervisão, experiência) para implementar as exigências do plano de manejo e para seguir as exigências do Padrão.	6.4.1	Cursos apropriados, manuais e outros materiais de treinamento são incorporados dentro da operação de manejo.	<ul style="list-style-type: none"> Documentos internos descrevendo o conteúdo do treinamento dos coletores 	x			2
	6.4.2	Todos coletores e os funcionários de manejo de recursos e compras são treinados em assuntos de sustentabilidade e sabem das regras internas.	<ul style="list-style-type: none"> Registros de treinamento 	x			1
	6.4.3	Registros de coletores estão disponíveis para garantir que todos os coletores são bem treinados e conhecem as regras para a coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Lista de coletores com as datas de treinamento 	x			1
	6.4.4	Apenas os coletores registrados e treinados podem fazer a coleta.	<ul style="list-style-type: none"> Lista de coletores Registros de compras e recibos 	x			1
	6.4.5	Os treinamentos são regularmente repetidos e seus resultados analisados.	<ul style="list-style-type: none"> Registros de treinamento Monitoramento de coletores / gerentes de compra 	x			2

Critério	Número	Indicador	Formato do Indicador / Método de controle	Competência			Categoria ⁶
				Gerente de coleta	Consultor	Certificador	
	6.4.6	Para todas as plantas novas, os coletores são informados e treinados novamente.	<ul style="list-style-type: none"> Registros de treinamento 	x			1
	6.4.7	O treinamento segue os princípios estabelecidos nas regras internas de coleta e manuseio.	<ul style="list-style-type: none"> Documentos internos descrevendo o conteúdo do treinamento dos coletores 	x			1
Critério 6.5 Compensação e segurança do trabalhador O manejo de coleta de PMA proporciona saúde e segurança na área de trabalho, e compensação financeira aos coletores e outros trabalhadores.	6.5.1	Os benefícios para os funcionários e contratados estão de acordo com (não menores do que) os padrões existentes para benefícios como saúde, aposentadoria, compensação do trabalhador, alimentos e moradia.	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de implementação de legislação / códigos de prática relacionados à saúde e segurança. Registros importantes são mantidos e atualizados (Ex.: registros de acidentes, avaliação de áreas de risco) Avaliação geral 	x			1
	6.5.2	Os pagamentos são, no mínimo, equivalentes aos padrões existentes (Ex.: média do setor, níveis negociados pelo sindicato, salário mínimo legal).	<ul style="list-style-type: none"> Entrevista com os coletores Registros de compras e recibos 	x		x	1
	6.5.3	Os pagamentos são iguais para homens e mulheres (pagamentos iguais para trabalhos iguais)	<ul style="list-style-type: none"> Registros de compras Recibos de compras 	x x			1
	6.5.4	Os trabalhadores têm o direito de se organizar e negociar voluntariamente com os empregadores.	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas: funcionários e contratados estão a par das principais exigências 	x		x	2

Anexo 2. Siglas e Abreviações

BfN	Bundesamt für Naturschutz / Agência Federal Alemã de Conservação da Natureza
BPA	Boas Práticas de Agricultura
BPAC	Boas Práticas de Agricultura e Coleta
BPP	Boas Práticas de Produção
CBD	Convention on Biological Diversity / Convenção da Diversidade Biológica
CITES	Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora / Convenção do Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestre Ameaçadas
CPI	Consentimento Prévio Informado
CSE	Comissão de Sobrevivência de Espécies
FLO	Fairtrade Labelling Organisations / Organizações Internacionais de Rotulação de Comércio Justo)
FRLHT	Foundation for the Revitalization of Local Health Traditions, India / Fundação para a Revitalização de Tradições Locais de Saúde
FSC	Forest Stewardship Council / Conselho do Manejo Florestal
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements / Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
IMO	Institute for Marketecology / Instituto de Ecología de Mercado
ISSC-MAP	International Standard for Sustainable Wild Collection of Medicinal and Aromatic Plants / Padrão Internacional para a Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas
IUCN / UICN	The World Conservation Union / União Internacional para a Conservação da Natureza
MAC	Marine Aquarium Council / Conselho de Aquário Marinho
MPSG	Medicinal Plant Specialist Group / Grupo de Especialistas em Plantas Medicinais da UICN - União Mundial para a Conservação da Natureza
OIG	Organização Intergovernamental
ONGs	Organizações não Governamentais
PFNM	Produtos Florestais não Madeireiros
PMA	Plantas Medicinais e Aromáticas
SECO	State Secretariat for Economics Affairs (Switzerland) Secretariado Estadual para Questões Econômicas (Suíça)
TMA	Termos Mutuamente Acordados
UN / NU	United Nations / Nações Unidas
UNEP	United Nations Environment Program / Programa Ambiental das Nações Unidas
WHO / OMS	World Health Organization / Organização Mundial de Saúde
WWF	World Wild Fund for Nature / Fundo Mundial para Natureza

Anexo 3. Glossário

Termo	Definição	Fonte
Agricultura orgânica = agricultura biológica = agricultura ecológica	Uma abordagem de sistema completo baseada em um grupo de processos resultando em um ecossistema sustentável, comida segura, boa nutrição, bem-estar animal e justiça social. Produção orgânica, portanto, é mais do que um sistema de produção que inclui ou exclui certos insumos.	IFOAM 2004
Área protegida	Uma área definida geograficamente que é designada, ou regulamentada e manejada para alcançar objetivos de conservação específicos.	UNEP 2001
Cadeia de custódia	A trajetória dos materiais e produtos brutos, da floresta para o consumidor, incluindo todos os estágios sucessivos de processamento, transformação, produção e distribuição.	FSC 2006
	Um sistema de rastreamento que permite que os certificadores rastreiem cada produto florestal de sua origem até a coleta, processamento, estocagem e venda.	SHANLEY et al. 2002
Coleta silvestre	Prática de coletar um recurso nativo ou naturalizado não-cultivado de seu habitat natural (que pode ser a floresta, prado, pasto, campo agrícola, deserto) ou qualquer outro ambiente no qual espécies não cultivadas estejam presentes.	
Consenso	Acordo geral caracterizado pela ausência de oposição constante em relação a questões substanciais por qualquer parte importante dos interesses relevantes e por um processo buscando levar em conta as opiniões das partes interessadas, principalmente daqueles diretamente afetadas e buscando reconciliar quaisquer argumentos conflitantes. Não necessariamente implica unanimidade.	ISEAL 2004
Consentimento prévio informado	Permissão concedida ao usuário pelo Estado ou outros provedores, se for o caso, depois da divulgação completa de todas as informações necessárias, que permitem acesso aos seus recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados sob termos mutuamente aceitos.	SECO 2005
Conservação ex-situ	A conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais.	UNEP 2001
Conservação in-situ	A conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em suas áreas naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nas áreas onde elas desenvolveram suas propriedades distintivas.	UNEP 2001
Critério	Um estado ou aspecto que deve estar presente como um resultado de aderência a um princípio. A maneira como os critérios são formulados deve gerar um veredito sobre o nível de cumprimento em uma situação real.	LAMMERTS VAN BUEREN and BLOM 1997
	Um padrão nos quais julgamentos ou decisões podem ser baseados; uma marca ou qualidade característica.	ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA 2006

Termo	Definição	Fonte
	Uma maneira de julgar se um princípio tem sido satisfeito ou não. Um critério acrescenta significado e operacionalidade a um princípio sem ser uma medida direta de desempenho.	SHANLEY et al. 2002.
	Indica o que um padrão mede.	ISEAL 2004
	Uma maneira de julgar se um Princípio (do cuidado florestal) tem sido satisfeito.	FSC 2000
Direitos costumeiros	Direitos que resultam de longas séries de ações habituais ou costumeiras, constantemente repetidas que têm, por essa repetição e contínuo consentimento, adquirido força de lei dentro de uma unidade geográfica ou sociológica.	FSC 2000
Direitos de uso	Direitos ao uso dos recursos da floresta que podem ser definidos por tradições locais, acordos mútuos ou prescritos por outras entidades mantenedoras dos direitos ao acesso. Esses direitos podem restringir o uso de alguns recursos a níveis específicos de consumo ou a técnicas especiais de coleta.	FSC 2000
Diretriz	Uma indicação ou esboço de política ou conduta.	ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA 2006
Diversidade biológica	A variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes incluindo, inter alia, territorial, marinho, outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos dos quais eles são parte; isso inclui diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas.	UNEP 2001
Ecossistema	Uma comunidade de todas as plantas e animais e seu ambiente físico, funcionando juntos como uma unidade interdependente.	FSC 2000
Espécies ameaçadas	Qualquer espécie que seja provável de se tornar em perigo de extinção, em toda ou em partes significativas de seu habitat, em um futuro próximo.	FSC 2000
Espécies em perigo de extinção	Qualquer espécie que esteja em perigo de extinção em todo ou em uma porção significativa de seu habitat.	FSC 2000
Ético	Conformidade aos padrões profissionais de conduta aceitos.	ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA 2006
Extensão de coleta	Extensão: amplitude a partir da qual alguma coisa se estende: abrangência Abrangência: extensão de tratamento, atividade ou influencia: amplitude de operação Escala: um tamanho, extensão ou grau relativo distinto < projetos feitos/realizados em uma larga escala. Taxa: uma razão fixa entre duas coisas; um valor determinado; uma quantidade, porção ou grau de alguma coisa medida por unidade de alguma outra coisa Intensidade: a magnitude de uma quantidade (como força ou energia) por unidade (como de área, carga, massa ou tempo). Frequência: o número de repetições de um processo periódico em uma unidade de tempo Volume: a quantidade de espaço ocupada por	ENCYCLOPOEDIA BRITANNICA 2006

Termo	Definição	Fonte
	<p>um objeto tridimensional medido em unidades cúbicas; a quantidade de substância ocupando um volume particular.</p> <p>Quantidade: uma porção determinada ou estimada</p> <p>Nível: a magnitude de uma quantidade considerada em relação a um valor de referencia arbitrário; amplamente = magnitude, intensidade.</p> <p>Produção (anualmente sustentável): permitir ou gerar um produto natural, esp. como um resultado de cultivação; produto, esp. a porção ou quantidade produzida ou devolvida.</p>	
Habitat	O lugar ou tipo de área onde um organismo ou população ocorre naturalmente.	UNEP 2001
Harmonização	Harmonização é o processo pelo qual o conteúdo de dois ou mais padrões é posto em conformidade crescente. Atividades que suportam a harmonização incluem, mas não se limitam ao uso de critérios e indicadores comuns, afirmações de objetivos comuns, adoção de estruturas comuns para a apresentação de padrões e o desenvolvimento e adoção de um padrão internacional único.	ISEAL 2004
Indicador	Um parâmetro quantitativo e qualitativo que pode ser avaliado em relação a um critério.	LAMMERTS VAN BUEREN and BLOM 1997
	Parâmetro qualitativo ou quantitativo que pode ser avaliado em relação a um critério. Ele descreve de uma maneira objetiva e verificável as características do ecossistema ou de um sistema social relacionado. Valores mínimos ou máximos permitidos de um indicador são conhecidos como valor limite (i.e., uma maneira de quantificar, qualificar ou medir o desempenho)... É esperado que um indicador inclua um valor de desempenho sendo, portanto, chamado de indicador de desempenho.	SHANLEY et al. 2002
	Como os critérios são medidos	ISEAL 2004
Lista de bens	Um documento que estabelece os termos de contrato entre o entregador e a companhia de transporte. Ele serve como um documento de título, um contrato de carregamento e um recibo dos produtos.	J. BRINCKMANN (comunicação pessoal)
Manejo adaptativo	Uma abordagem multidisciplinar e integrada para confrontar incertezas em questões ligadas aos recursos naturais. Ele é adaptativo porque reconhece que os recursos manejados sempre irão mudar como resultado da intervenção do homem, que surpresas são inevitáveis e que novas incertezas surgirão. O aprendizado ativo é a maneira com a qual as incertezas são superadas. O manejo adaptativo reconhece que as políticas devem satisfazer objetivos sociais, mas também, deve ser continuamente modificada e flexível para adaptar-se a estas surpresas. Portanto, o manejo adaptativo considera as políticas como hipóteses, isto é, a maioria das políticas são na verdade perguntas mascaradas como respostas...e as ações de manejo tornam-se tratamentos em um sentido experimental.	HOLLING 1978; WALTERS 1986

Termo	Definição	Fonte
Padrão	Um princípio, regra ou medida definitiva estabelecida por autoridade.	ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA 2006
	Princípios + critérios = padrão.	FSC 2000
	Prática padrão = comprometimento central (exigências fixas / o resultado ou condição a ser alcançada em todas as circunstâncias aplicáveis, aplicável a todas) + orientações (flexíveis, a serem respeitadas como intenções e estão disponíveis para serem adotadas de acordo com circunstâncias, níveis e setores específicos), documentação e relatórios (para trazer transparência à aplicação dos comprometerimentos e orientações).	SECO 2005
	Documento que fornece, para uso comum e repetido, regras, diretrizes ou características para produtos ou métodos de processos e produção relacionados, com os quais o cumprimento não é obrigatório. Ele também pode incluir ou lidar exclusivamente com exigências ligadas a terminologias, símbolos, embalagens ou rotulação aplicados a um produto, processo ou método de produção.	ISEAL 2004
Plantas medicinais e aromáticas	“Medicinal” e “aromática” são termos que descrevem propriedades da química e usos que podem ser atribuídos a plantas. Plantas medicinais previnem, aliviam ou curam doenças. Esse grupo pode ser definido de maneira restrita, para incluir apenas aquelas plantas que se sabe que são usadas dessa forma em algum sistema de medicina tradicional ou moderna; ou pode ser definido de maneira mais ampla para incluir usos potenciais ainda não descobertos dessa natureza. Plantas aromáticas contêm fragrâncias, óleos essenciais valorizados como perfumes, ervas, temperos e remédios. Assim, muitas plantas “medicinais” são também “aromáticas” (e vice versa), e, da mesma forma, usos medicinais e aromáticos se sobrepõe a outras categorias importantes de uso de planta, como comidas e bebidas. A coincidência de qualidades altamente desejáveis dentro de uma espécie particular torna esses grupos ainda mais importantes como fontes de recursos genéticos de plantas. O grau de sobreposição entre propriedades e usos medicinais e aromáticos tem dado suporte ao tratamento de plantas medicinais e aromáticas como uma categoria única, particularmente do ponto de vista do comércio, da coleta e agricultura comercial.	LEAMAN et al. 1999
População viável	Uma população que é capaz de se manter por um dado período de tempo.	
Posse	Acordos socialmente definidos mantidos por indivíduos ou grupos, reconhecidos por estatutos legais ou práticas costumeiras, relacionadas ao “conjunto de direitos e deveres” de propriedade, manutenção, acesso e/ou uso de uma unidade de terra particular ou dos recursos associados (como árvores individuais, espécies vegetais, água, minerais, etc.).	FSC 2000

Termo	Definição	Fonte
Práticas, inovações e conhecimento tradicionais	Conhecimentos e práticas de um indivíduo ou de um coletivo, de povos indígenas e comunidades locais associadas com recursos genéticos e relacionados à conservação e uso sustentável de recursos biológicos.	SECO 2005
Princípio	Um lei ou regra fundamental que serve de base para raciocínio e ação. Princípios são elementos explícitos de um objetivo.	LAMMERTS VAN BUEREN and BLOM 1997
	Uma lei, doutrina ou suposição completa e fundamental.	ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA 2006
	Uma verdade ou lei fundamental que serve de base para o raciocínio ou ação; uma regra ou elemento essencial.	SHANLEY et al. 2002
	Uma regra ou elemento essencial.	BROWN et al. 2000
Princípio de precaução; abordagem de precaução	Uma abordagem em relação às incertezas que leva a ação para evitar danos ambientais sérios ou irreversíveis em antecipação as certezas científicas desses danos.	COONEY 2004
Produção coletável / Produção explorável	Quantidade máxima disponível para coleta.	Ver PETERS 1996
Produção sustentável	Coleta em uma proporção igual à taxa anual de crescimento.	ZABEL et al. 2003
Produtos botânicos	Um subgrupo de PFNMs que inclui ervas medicinais, produtos para cuidado pessoal e alimentos funcionais.	PIERCE e LAIRD 2003
Produtos florestais não madeireiros	Todos os produtos florestais, exceto madeira, incluindo outros materiais obtidos de árvores, como resinas e folhas, assim como quaisquer outros produtos vegetais ou animais.	FSC 2000
	Todos os produtos biológicos, exceto madeira, que podem ser coletados para subsistência e/ou comércio. Os PFNMs podem vir de florestas primárias ou naturais, florestas secundárias e florestas plantadas, da maneira definida pelos Grupos do trabalho regionais.	FSC 2000
Rastreabilidade	A informação sobre cada passo em uma cadeia de processamento.	WIKIPEDIA 2006
Repartição de benefícios	Participação nos benefícios econômicos, ambientais, científico, sociais e culturais resultantes ou gerados pelo acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado sob termos mutuamente aceitos.	SECO 2005
Termos mutuamente-aceitos	Condições e provisões de acesso e compartilhamento de benefícios, entre outros, negociados entre o usuário e o provedor, e envolvendo outros atores relevantes.	SECO 2005
Uso sustentável	O uso de componentes da diversidade biológica de tal maneira e intensidade que não levem ao declínio da diversidade biológica no longo prazo, mantendo assim seu potencial de suprir as necessidades e aspirações das gerações atuais e futuras.	UNEP 2001

Termo	Definição	Fonte
Verificador	<p>Descreve a maneira/o modo como um indicador é medido no campo (i.e., observações ou informações que melhorem a especificidade ou facilitem as avaliações de um indicador. A intenção nesse processo não é prescrever um grupo mínimo de verificadores, mas permitir verificadores que são específicos a uma região, produto, classe, tamanho de operação, etc. Verificadores acrescentam significado, precisão e normalmente também especificidade a um sítio para um indicador. Parâmetros numéricos devem ser designados para um verificador caso-a-caso ou sítio-por-sítio.</p>	SHANLEY et al. 2002